

## **As violências e inseguranças invisíveis: rumo a uma paz positiva verdadeiramente emancipatória<sup>1</sup>**

Isabella Alves Lamas<sup>2</sup>

### **Resumo**

As lentes teóricas do triângulo das violências elaborado por Johan Galtung e da segurança como emancipação proposto inicialmente por Ken Booth, apesar de provenientes de campos distintos, uma pertencente à área dos Estudos para a Paz, enquanto a outra aos Estudos Críticos de Segurança, apresentam uma sobreposição complementar. A combinação dos elementos mais frutuosos destes paradigmas permite uma orientação normativa em direção a um horizonte emancipatório de uma paz verdadeiramente positiva. Este artigo irá expor um exemplo de aplicação empírica: o caso da exploração de carvão mineral pela Vale S.A em Moçambique. Através da análise empírica das violências e inseguranças neste contexto, mesmo que com base em fontes secundárias, é possível proporcionar uma reflexão sobre a necessidade de se denunciar as contradições que moldam a paz aparente, contribuindo não só para a busca de caminhos emancipatórios, como para o desenvolvimento das teorias.

**Palavras-chave:** Estudos para a Paz, Estudos Críticos de Segurança, Moçambique, mineração, Vale S.A.

### **Abstract**

The theoretical background of the violence triangle produced by Johan Galtung (Peace Research) and of security as emancipation initially proposed by Ken Booth (Aberystwyth School), despite coming from different fields, one belonging to the field of Peace Studies while the other Critical Security Studies, feature a complementary overlap. The combination

---

<sup>1</sup> Comunicação aprovada em processo de seleção científica, apresentada pela doutoranda Isabella Alves Lamas no IV Colóquio dos Doutorandos do CES – realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2013 – na Linha Temática 12 do evento “*Relações Internacionais e seus contextos: entre a(s) teoria(s) e a(s) história(s)*” na mesa 12.3 “*Estudos da Paz*”.

<sup>2</sup> Isabella Lamas é bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduada em Economia Social pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é doutoranda em Relações Internacionais no programa Política Internacional e Resolução de Conflitos do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas de Estudos para a Paz, continente africano, corporações multinacionais e exploração de recursos naturais.

Filiação institucional: Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal.

of the most fruitful elements of these paradigms allows a normative orientation toward an emancipatory horizon of a truly positive peace. This article will expose an example of empirical application: the case of coal mining in Mozambique by Vale SA. Through empirical analysis of violence and insecurity in this context, even if based on secondary sources, it is possible to provide a reflection on the need to denounce the contradictions that shape the apparent peace. By this it will not only help in the search for emancipatory ways but also for the development of the theories.

**Key-words:** Peace Studies, Critical Security Studies, Mozambique, mining, Vale S.A.

### **Introdução**

Com as mudanças históricas e contextuais, de especial relevância para o mundo atual, as de 1989 cristalizadas na destruição da barreira física que simbolizava a política mundial da Guerra-Fria, as ameaças e disciplinas reguladoras apenas passam a se manifestar de forma diferente. A permanência de estruturas que dividem e aprisionam é hoje uma realidade mundial (Booth, 2007: 2). Sendo assim, é urgente a busca por paradigmas que evidenciem os silenciamentos que rondam as dinâmicas de opressão e apresentem um cometimento normativo e empírico em direção aos estados desejáveis de paz e a emancipação social.

Como parte deste esforço, argumenta-se que há duas lentes teóricas que apesar de provenientes de campos distintos, uma pertencente à área dos Estudos para a Paz (EPP) enquanto a outra aos Estudos Críticos da Segurança, são complementares, permitindo analisar os mesmos fenômenos de opressão, além de orientar normativamente a investigação em direção a um horizonte emancipatório de paz positiva, mantendo a tradição da investigação-ação característica dos EPP. São elas a contribuição de Johan Galtung para pensar a violência em múltiplas dimensões (Galtung, 1969; 1971; 1990) e o paradigma de segurança como emancipação proposto inicialmente por Ken Booth (Booth, 1991).

O que é constituído à luz destes prismas, como paz em contraposição à violência, e o que é constituído como segurança em contraposição à insegurança, oferece uma oportunidade de se direcionar o olhar para fenômenos silenciados por outros paradigmas. Na verdade, optou-se por enfatizar o já existente diálogo (Booth, 2007; Brincatt *et al.*, 2012) entre estas duas teorias pois a vertente crítica de ambas

proporciona abrigo ideal para lidar com algo aparentemente tão simples, mas que muitas vezes é negligenciado por outras abordagens: a constatação de que alguns contextos e/ou países considerados formalmente e institucionalmente pacíficos também abrigam formas de conflitualidade diversas nas quais populações estão sendo social e culturalmente agredidas. Assim, o propósito deste artigo está relacionado com a necessidade de se denunciar as contradições que moldam a paz aparente e de dar voz a populações marginalizadas socialmente, contribuindo na busca de caminhos emancipatórios, pois parte-se da concepção de que “os recursos contribuem para moldar as relações sociais e são, por sua vez, expressivos de relações sociais” (Billon, 2012: 4).

O paradigma dominante da paz liberal dá, como nos alerta Michael Pugh (2005), prioridade ao estado de direito ao invés de justiça social e é, portanto, natural que esta forma hegemônica de conceber a paz devote pouca atenção para as violências e inseguranças que são perpetuadas em contexto de paz formal. Não obstante, se é quase unanimemente aceite a necessidade de incorporar como parte do esforço de construção da paz, em cenários de pós-conflitualidade, medidas relacionadas ao desenvolvimento de condições que assegurem uma paz positiva e negativa e, portanto, eliminem destas sociedades as violências direta, estrutural e cultural<sup>3</sup>, é imperativo que em contextos considerados formalmente pacíficos, ou com uma transição considerada bem sucedida, estas violências não existam.

Sendo assim, a abordagem aqui proposta alinha-se às tentativas de identificar formas de manifestação de violência e insegurança enraizadas e, muitas vezes, naturalizadas em determinadas sociedades. As teorias galtuniana e da segurança como emancipação são úteis para compreender e agir politicamente em relação às violências e inseguranças que são perpetuadas no mundo. Além disso, as reflexões empíricas apresentam a oportunidade de incorporar contributos importantes para o desenvolvimento de ambas as teorias. Dessa forma, o artigo é dividido em dois grandes momentos, sendo o primeiro composto por algumas reflexões teóricas

---

<sup>3</sup> Emblemático neste sentido é a declaração de Kofi Annan no lançamento da Ano Internacional da Cultura da Paz: “a verdadeira paz é muito mais do que a ausência de guerra. É um fenômeno que envolve desenvolvimento econômico e justiça social” (Apud. Pureza, 2000:36).

sobre a existência de semelhanças produtivas entre esses paradigmas, e o segundo por um esboço de aplicação empírica dos mesmos, e da sua potencial contribuição para o desenvolvimento da teoria, através do caso da exploração de carvão mineral pela corporação multinacional Vale S.A em Moçambique. A Província de Tete, em Moçambique, vivencia atualmente uma atividade efervescente de extração de recursos minerais de amplo impacto social na vida das populações diretamente atingidas, mas não só. Os problemas que rondam a exploração de carvão mineral são de amplo espectro, indo desde o impacto ambiental devastador, com a destruição de ecossistemas inteiros, até a corrupção, má gestão política e supressão do modo de vida dos cidadãos locais. Neste caso, será dado especial enfoque aos reassentamentos de comunidades inteiras pela Vale S.A, uma das principais corporações multinacionais que possuem concessões de exploração na região.

### **O triângulo das violências e a segurança como emancipação: uma sobreposição complementar**

Ambas as lentes teóricas, a galtuniana e a da segurança como emancipação, só têm a beneficiar com o estímulo ao diálogo. De fato, umas das características do tema que será abordado, os impactos sociais da exploração mineral, é o seu caráter multi e transdisciplinar. A inerente complexidade deste objeto de estudo que envolve dinâmicas relacionadas à áreas tão diversas, porém interconectadas, como a ecologia, a economia e a política, deve ser contemplada a partir da complementariedade e aplicabilidade de ferramentas de análise diversificadas, oriundas de diferentes campos disciplinares. Conforme aponta Nissani (1997), muitos problemas complexos e práticos só podem ser compreendidos através da reunião de *insights* e metodologias provenientes de uma variedade de disciplinas.

A apropriação de um conceito de violência com escopo alargado permite analisar o papel que dinâmicas econômicas como a exploração de recursos naturais têm na perpetuação das múltiplas formas de manifestações de violências no mundo. É por este motivo que é tão valiosa a contribuição teórica de Galtung, que elaborou uma concepção de violência, e conseqüentemente do seu oposto, a paz, de grande amplitude, multidimensional e de caráter normativo (Pureza e Moura, 2005).

Em um editorial de 1964, referente ao primeiro volume do *Journal of Peace Research*, Johan Galtung elabora a distinção, até então inédita, entre paz positiva e paz negativa. Em busca da aproximação de um estado de paz completa e geral, em oposição ao de guerra completa e geral, ele expõe dois aspectos da paz como sendo duas dimensões separadas: “a paz negativa que é a ausência de violência, ausência de guerra – e a paz positiva que é a integração da sociedade humana” (Galtung, 1964: 2). É evidente o positivismo neste editorial e na primeira fase da obra de Galtung. A definição de paz positiva inicialmente apresentada é intensamente focada na harmonia e na integração através de uma crítica veemente à modernidade política que teria sido responsável pela fragmentação internacional, algo que tornaria a cooperação um fenômeno difícil de se concretizar.

A partir de finais dos anos 60, começa a ocorrer uma grande viragem na obra de Galtung, que tem como um de seus pontos marcantes o artigo de 1969 “Violence, Peace and Peace Research” (Galtung, 1969), onde ele define a violência direta como quando os “meios de realização não são retidos, mas diretamente destruídos” (Galtung, 1969: 169) e elabora pela primeira vez o conceito de violência estrutural. Segundo o autor, este conceito surgiu precisamente da percepção de que na então Rodésia do Sul, entre 1923-65, havia certa forma cooperação, harmonia e integração, que são categorias que iam de encontro ao seu conceito de paz positiva elaborado no editorial de 1964. No entanto, a partir da observação do contexto da Rodésia do Sul, uma problematização tornou-se inevitável.

Isso era paz? Com a exploração gritante, sendo negada aos negros a maior parte das oportunidades de desenvolvimento dadas aos brancos, com a flagrante desigualdade enquanto os brancos ganhavam aproximadamente vinte vezes mais para exercer os mesmos trabalhos que os negros? (Galtung, 1985: 145)

Esta preocupação de Galtung com as desigualdades de oportunidades evidenciam um interesse na análise estrutural dos fenômenos sociais que foi externalizada pelo autor principalmente através do conceito de violência estrutural. À medida que amplia o conceito de violência, Galtung muda o seu entendimento de paz pois “um conceito estendido de violência leva a um conceito estendido de paz” (Galtung, 1969: 183). Assim, quando ele apresenta o conceito de violência estrutural, chave

em seu pensamento como denúncia de violências invisíveis e muitas vezes não diretamente intencionais, porém reais, ele o associa à paz positiva. Não obstante, Galtung toma consciência dos perigos da associação que havia feito entre paz positiva e violência estrutural. A paz positiva tinha subitamente se tornado ausência de violência estrutural, “o que a transformava semanticamente em uma categoria negativa” (Lawler, 1995: 84). Ele faz, então, uma nova associação: a ausência de violência estrutural passa a ser presença de justiça social e, conseqüentemente, de uma paz verdadeiramente positiva<sup>4</sup>.

Já nos anos 1990, o autor introduz uma nova dimensão da violência que viria a compor o famoso triângulo das violências de Galtung: a violência cultural, ou seja, “os aspectos da cultura – a esfera simbólica de nossa existência – exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) – que pode ser usada para justificar ou legitimar as violências diretas ou estruturais” (Galtung, 1990: 305). Portanto, em “Cultural Violence”, além de introduzir a noção de violência cultural, ele propõe o triângulo vicioso das violências como a melhor representação possível destas três diferentes formas de violência que estão interconectadas, apresentam forte relação causal e se estimulam mutuamente.

Para oferecer contribuições para a operacionalização de uma corrente de investigação-ação, em contraposição ao triângulo vicioso das violências (direta, estrutural e cultural), Galtung propõe um triângulo virtuoso das pazes (direta, estrutural e cultural) que inclui relações simbióticas, de igualdade, cooperação, amizade e amor (Galtung, 1990: 302). Neste momento, o autor amplia definitivamente o cânone dos Estudos para a Paz para algo que transcende a simples ausência de violência em seu sentido direto como originalmente ele havia definido

---

<sup>4</sup> Neste artigo de 1969, o próprio Galtung reconhece as mudanças em suas apresentações dos conceitos de paz positiva e paz negativa, afirmando que devido ao risco de reflexão de uma visão simétrica dos conflitos, entre outros, ele optara por associar a paz positiva com a justiça social, deixando, desta vez ainda, intacto o conceito de paz negativa. É importante lembrar que para ele, estas mudanças são sinônimos de saúde da disciplina, pois “uma disciplina totalmente satisfeita com as seus próprios fundamentos e definições, é provavelmente uma disciplina morta” (Galtung, 1969: 190) Talvez esta seja já uma possível resposta do autor às inúmeras críticas da ocorrência de uma certa ambigüidade em sua obra.

em 1964. Assim, contemporaneamente, a paz para Galtung é composta não só pela eliminação de cada uma das três violências, o que compõe o seu âmbito negativo, como pela construção de cada uma das três pazes, o que compõe o seu âmbito positivo. Em 2007, Galtung expressa o que seria para ele tal construção holística da paz em sua dimensão positiva.

A cooperação é construída dentro da estrutura como algo automático e sustentável sob o título da equidade para a economia e igualdade para a política: reciprocidade, direitos iguais, benefícios e dignidade, ‘o que você quer para você que está também está disposto a dar para os outros’. E depois uma cultura de paz confirmando e estimulando todas estas ‘presenças’ em ciclos de paz auto reforçáveis. A paz é muito holística. (Galtung, 2007: 31).

Com um raciocínio semelhante, a abordagem da segurança como emancipação apresenta o indivíduo como objeto de referência primeiro da segurança, além de enfatizar de modo reflexivo suas implicações políticas. Da mesma maneira que em 1969 Galtung definiu violência como sendo “ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral, reduzindo os níveis de satisfação dessas necessidades abaixo do que é potencialmente possível” (Galtung, 1990: 292), contemporaneamente João Nunes e Saumita Basu definiram a insegurança “como uma condição multifacetada - constituída por redes de relações e estruturas opressivas (econômica, social e política) - que determina a vida de indivíduos e grupos” (Nunes e Basu, 2012: 66).

No cerne da concepção de segurança como emancipação não se encontra a noção definida do que significa estar seguro. Esta, ao contrário advém de “experiências de insegurança de pessoas reais em lugares reais” (Nunes, 2012: 351). Para Booth, é a emancipação quem produz a verdadeira segurança, enquanto a insegurança “envolve viver no medo, com perigos resultantes de um ou mais tipos de ameaça [...] que podem ser ameaças diretas de violência ou a mais indireta, porém não menos real, ameaça que vem de uma opressão estrutural como a pobreza” (Booth, 2007: 101).

A primeira grande referência deste paradigma é o emblemático artigo de 1991 de Ken Booth “Security and Emancipation”, onde pela primeira vez segurança e emancipação passam a fazer parte de uma mesma concepção e/ou nexos. Neste,

Booth argumenta que a emancipação, entendida como “a libertação das pessoas (indivíduos e grupos) daqueles constrangimentos físicos e humanos que impedem elas de realizar aquilo que livremente escolheriam fazer” (Booth, 1991: 319), deve ser privilegiada em nosso pensamento sobre segurança em detrimento dos temas do *mainstream* de ordem e poder. Posteriormente no ano de 2007 em *Theory of World Security*, Booth apresenta uma versão mais contemporânea do que entende conceitualmente por emancipação.

Como um discurso de política, a emancipação procura a segurança das pessoas daquelas opressões que impedem elas de realizar o que elas livremente gostariam escolher fazer, compatível com a liberdade dos outros. Ela oferece um quadro triplo para a política: uma ancoragem filosófica para o conhecimento, uma teoria de progresso para a sociedade e uma prática de resistência contra a opressão. Emancipação é a filosofia, teoria e política de inventar a humanidade. (Booth, 2007: 112)

Concebida dessa maneira, a teoria da segurança como emancipação permite “identificar as maneiras em que arranjos sócio-políticos” e econômicos “estão implicados na produção de ameaças e injustiças” (Nunes e Basu, 2012: 64), bem como visualizar os potenciais caminhos em direção à transformações emancipatórias. Ela é concebida como uma forma de prática na medida em que está interessada em identificar agentes de mudança e melhores condições para o potencial de transformação. Em outras palavras, ela é uma forma de prática “cometida com a mudança política – especialmente a transformação de arranjos que implicam a (re)produção de inseguranças” (Nunes, 2012: 351). Assim, a segurança como emancipação permite pensar caminhos para solucionar o dilema investigação-ação e um cometimento normativo em direção a transformações emancipatórias.

Para Booth, as opressões e ameaças que desafiam a existência das pessoas de maneira fundamental, vão desde a “violência física direta de outros seres humanos (guerra), através de formas de opressão políticas e econômicas estruturais (escavidão), em ameaças mais existenciais à identidade (imperialismo cultural)” (Booth, 1999: 49). Curiosamente, são utilizados os mesmos níveis de análise de Galtung relativamente às opressões: o direto, o estrutural e o cultural. Em uma entrevista (Brincatt et al., 2012), Booth reconhece a influência dos conceitos de

Galtung de violência estrutural e paz positiva para preparar o terreno para a noção de segurança e emancipação. Apesar disso, demonstra um certo desconforto com alguns trabalhos e opiniões da área dos Estudos para a Paz e defende a maior utilidade do conceito de segurança, em relação ao de paz.

Não obstante, em *Theory of World Security (2007)*, Booth mais uma vez reconhece a importância dos Estudos para a Paz na construção de sua própria teoria crítica sobre a segurança do mundo<sup>5</sup>, como parte da invenção de uma humanidade mais inclusiva (Booth, 2007: 2), e deixa claro que não é um purista em termos teóricos (Brincatt et al., 2012: 65) pois procura combinar influências provenientes de abordagens críticas distintas<sup>6</sup>. Assim, o “foco na opressão, e implicitamente na necessidade de emancipação, deslocou a perspectiva das causas da guerra para a criação de condições da paz” (Booth, 2007: 67) e foi uma influência declarada por Booth que optou por explicitamente enfatizar a necessidade de emancipação. Além disso, a construção teórica de Galtung que valorizou o papel das estruturas muitas vezes invisíveis permitiu que a desigualdade fosse concebida como violência (Booth, 2007: 53), abrindo espaço para que posteriormente a desigualdade também pudesse ser reconhecida como insegurança. De fato, um dos legados dos Estudos para a Paz é que a preocupação com as inseguranças das pessoas que vivem no sul global geográfico e aquelas que vivem no sul que existe dentro do norte global metafórico devem ser plenamente reconhecidas (Booth, 2007: 68). A sobreposição complementar entre as lentes teóricas é selada pela declaração de Booth de que a segurança “dá às pessoas a oportunidade de desenvolver a paz como uma prática política (e cultural) sustentável” (Booth, 1999: 50).

Ambas as lentes teóricas tem o foco deslocado das causas da guerra e da insegurança para a criação de condições de paz e emancipação social. Dessa forma, a

---

<sup>5</sup> Para Booth, “a segurança mundial refere às estruturas e processos dentro da sociedade humana, localmente e globalmente, que trabalha em direção a redução das ameaças e riscos que determinam a vida de indivíduos e grupos” (Booth, 2007:5).

<sup>6</sup> Steve Smith, ao fazer um revisão das diferentes abordagens em relação ao conceito de segurança reafirma que as influências de Booth para o artigo de 1991 “Security and Emancipation” eram Kenneth Boulding, Johan Galtung e Richard Falk. No mesmo capítulo ele expõe a crítica de Johan Eriksson ao foco dos Estudos Críticos da Segurança na emancipação pois alega que este nada mais é do que a continuação da tradição dos Estudos para a Paz. Ambas as tradições culpam o realismo estabelecido das injustiças, hostilidade e instabilidade que infelizmente são parte da política mundial (Smith, 2005).

segurança e a paz, resultados de um processo de negociação, são reconhecidamente políticas, tem efeitos e implicações sobre a política que podem ser indesejáveis<sup>7</sup>, mas é possível transformar as nossas ideias de segurança e paz para fins considerados mais desejáveis. Como estratégia política que estabelece uma conexão entre a teoria e a prática está a concepção frankfurtiana de crítica imanente: “a descoberta dos potenciais latentes em situações nas quais se constrói progresso político e social” o que significa “construir com os pés firmemente no chão, não construir castelos no ar” (Booth, 2005a: 263). Segundo João Nunes (2012), “a crítica imanente decorre logicamente do reconhecimento das inseguranças de indivíduos e grupos, e atuações para a agenda normativa e política da segurança como emancipação” (Nunes, 2012: 352). A crítica imanente constitui uma possibilidade de, através de um distanciamento crítico, porém não pretensamente objetivo, encontrar alternativas emancipatórias que existem invariavelmente em quaisquer que sejam os contextos de opressão em questão. Em suma, é a ideia de olhar para o “potencial não realizado já existente dentro da sociedade” (Booth, 2005b: 11).

Na realidade, a crítica imanente é fundamental para as duas lentes teóricas que estão interessadas em identificar agentes de mudança e melhores condições para operacionalizar o potencial de transformação. Em outras palavras, elas são formas de práticas cometida com mudanças políticas que visam transformar arranjos que resultam na produção e na reprodução de violências e inseguranças. Dessa forma, estes paradigmas são úteis para compreender como arranjos socioeconômicos e políticos, caracterizados por maneiras únicas de circulação de poder, produzem ameaças e injustiças e agir politicamente através da identificação dos potenciais caminhos de resistência em direção à transformações emancipatórias em relação às violências e inseguranças associadas à contextos específicos como, por exemplo, o da exploração de minérios por grandes corporações multinacionais. Em suma, a grande contribuição de das duas abordagens, além de permitir o direcionamento do olhar para situações de extrema invisibilidade marginalizadas por inúmeros outros paradigmas, é a construção de um horizonte possível. É muito difícil chegar à

---

<sup>7</sup> João Nunes (2012) alerta para a existência de uma tendência de conceber a segurança como apresentando uma lógica indesejada que não é passível de ser transformada.

definição e/ou existência de um estado de plena realização da emancipação e da paz positiva, mas é possível traçar normativamente o que deve ser o caminho em direção a ele de acordo com cada contexto.

### **Pessoais reais em lugares reais: o caso da exploração de carvão mineral na Província de Tete – Moçambique**

*“É através do estudo de exemplos concretos que nós podemos ir além do conhecimento teórico em direção a um entendimento mais empático das diversas realidades de insegurança no mundo” (Booth, 2005b: 16).*

No cerne das concepções de segurança como emancipação e da teoria galtuniana não se encontram definidas as noções precisas do que significa estar seguro e em paz. Estas, ao contrário, advêm de experiências de insegurança e violência de pessoas reais em lugares reais (Nunes, 2012: 351). Neste sentido, a especificidade de cada contexto analisado, associada às inspirações normativas de ambas as teorias, é algo de suma importância para valorizar estas abordagens que têm grandes potencialidades a oferecer, mas também muitos contributos a retirar da reflexão empírica sobre a especificidade de diferentes contextos de violências e inseguranças no mundo.

A região da Província de Tete, em Moçambique, atraiu recentemente uma grande quantidade de investimento estrangeiro direto, devido as grandes reservas de carvão mineral que abriga. Entre as corporações multinacionais que possuem concessão de exploração, está a *Vale S.A*, uma corporação multinacionais brasileira que apresenta um reconhecimento internacional, cada vez maior, como uma ‘multinacional dos conflitos’ (Revelli, 2010). A Vale atua nos cinco continentes e tem como sede o Brasil, um país de economia emergente, o que caracteriza uma maneira de projeção internacional ainda relativamente muito recente no sistema internacional (Goldstein, 2007). A perpetuação de múltiplas violências associadas as suas atividades ao redor do mundo foi acentuada principalmente após a ocorrência de dois processos marcantes: a privatização da empresa em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e a estratégia de internacionalização adotada pela Vale principalmente a partir do início dos anos 2000 (Costa, 2009; Pillonel e Sutorius,

2005). Como parte fundamental deste último processo está a compra de 75,66% do capital da Inco em 2006, uma empresa canadense que era então a segunda maior produtora de níquel no mundo (Folha de São Paulo, 2006). Esta aquisição tornou a Vale a segunda maior mineradora do mundo, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton. No entanto, no ano de 2013, a também anglo-australiana Rio Tinto passou a ter maior valor de mercado que a Vale S.A, apesar de em termos globais estar localizada em 63º lugar, enquanto a Vale está em 64º lugar, o que demonstra que esta é uma diferença muito tênue que a qualquer momento pode sofrer uma mutação (Financial Times, 2013).

As operações em Moçambique são parte fundamental não só da internacionalização da Vale, mas também de um processo de descontentamento alargado que gerou muitos conflitos sociais relacionados a empresa. Em 2004, a Vale ganhou a concessão de exploração das minas de Moatize através de um concurso internacional do governo moçambicano, sendo o contrato de exploração de carvão mineral assinado em 2007 (Mosca e Selemene, 2011). A construção de infraestrutura relacionada à exploração e à abertura das minas foi responsável por uma série de deslocamentos populacionais a partir do ano de 2009. A própria empresa foi responsável por elaborar um plano de reassentamento e posteriormente implementá-lo. No entanto, a necessária supervisão governamental foi criticada, na medida em que o Estado se demonstrou mal preparado e com pouca vontade política de exercer uma atividade rigorosa (Human Rights Watch, 2013). Dessa maneira, a Vale, devido à mina de Moatize, reassentou um total de 5100 pessoas: os habitantes das comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe foram reassentados para as novas comunidades de Cateme e 25 de Setembro.

Neste contexto encontra-se poucos casos de violência direta, mas elas estão presentes principalmente como resultado das repressões violentas às manifestações pacíficas contra algumas das operações da Vale S.A, principalmente aos reassentamentos mal sucedidos (Instituto Humanitas Unisino, 2012; Xingu Vivo, 2012). Em contrapartida, há diversos exemplos acerca da perpetuação de violências estruturais e culturais e, conseqüentemente, de insegurança na vida das pessoas de alguma forma atingidas pelas atividades de exploração de minérios. É dado enfoque

particular à concepção de “violência estrutural associada à perpetuação da injustiça social” (Pureza e Moura, 2005: 02), bem como à de violência cultural, sendo importante notar que “a cultura faz com que vejamos a exploração e/ou a repressão como normais ou naturais, ou que simplesmente não a vejamos” (Ibid.: 4).

Uma das mais óbvias violências estrutural e insegurança relacionada a estes reassentamentos é a fusão de diversas comunidades. Membros de uma mesma comunidade foram separados devido à atividade que exercem para sua subsistência: se dependente da agricultura ou não. Além disso, as terras fornecidas para algumas famílias não são aráveis, comunidades ribeirinhas foram transferidas para locais que sofrem de falta de água, muitas das casas fornecidas apresentaram rachaduras e a uma fundação defeituosa, pessoas que viviam em comunidades que antes eram próximas à aglomerados urbanos (onde conseguiam complemento da alimentação de fácil acesso e podiam exercer atividades complementares à renda familiar) foram transferidas para locais distantes, entre outros (Human Rights Watch, 2013; Kobemba e Nhancale, 2012). Assim, as condições de vida das pessoas destas comunidades mudaram radicalmente, em grande parte das vezes, para pior, caracterizando um processo de privações múltiplas.

O que é verdade para estados e nações também é verdade para indivíduos e famílias. Assim como uma condição de guerra determina o comportamento de estados, a pobreza determina a vida de indivíduos e famílias. Quando a ronda diária de pessoas é totalmente dominada pela busca por meios de sobrevivência básicos, elas são privadas da oportunidade de se desenvolver mais plenamente como seres humanos (Booth, 2007: 103).

É precisamente este o caso destas famílias, que de uma hora para outra passaram a ter que se preocupar com meios de sobrevivência básicos que antes tinham ao seu dispor como água e uma terra agriculturável para plantar. Ainda que não se possa assumir que estas pessoas antes vivessem uma vida de amplo acesso aos meios de sobrevivência básicos, e com isso pudessem despender tempo e criatividade no seu desenvolvimento pleno enquanto seres humanos, há de se ressaltar as piores substanciais traduzidas na busca forçada por alguns meios que antes eram tidos como garantidos para estas pessoas.

Em Moçambique, a transição política das últimas décadas só foi bem sucedida na visão de alguns que preferem realizar uma análise distorcida da realidade do país que apresenta uma fragilidade político-institucional muito acentuada, um sistema democrático pouco consolidado, bem como um quadro de heterogeneidade do estado e uma descentralização profunda que atrapalha a realização de ações coordenadas entre os níveis locais, nacionais e global (Santos e Silva, 2004). Além disso, o país apresenta uma politização do administrativo, em especial aquele responsável pelo controle do território e das populações, que dá espaço para práticas de clientelismo e corrupção. Todos estes fatores em conjunto ajudam a explicar algumas das deficiências gritantes da regulação dos processos de exploração mineral (Castel-Branco, 2008) e dos absurdos que vem sendo cometidos em relação à populações e comunidades localizadas em áreas de concessão de grandes corporações multinacionais.

Até outubro de 2012 o governo de Moçambique havia aprovado 245 concessões na Província de Tete, o que equivale a 34% da área da Província. Se forem somadas todas as aprovações que ainda estão pendentes o valor sobe para 60% da área de Tete. Como alerta a organização não-governamental *Human Rights Watch*, “a alta concentração de terras designadas para as licenças de mineração na Província de Tete, limitou profundamente a disponibilidade de locais de reassentamentos para comunidades deslocadas pelas operações minerais” (2013: 7). Ou seja, a limitação de terras que não estão incluídas na especulação mineira, em efervescência na região, é grande, o que faz com que haja poucas opções para locais de reassentamento adequados. Resta pouca dúvida de que a lógica é a de privilégio absoluto dado as potencialidades de exploração em detrimento de comunidades locais. No entanto, “em um país eminentemente agrícola, o acesso e a utilização da terra são um instrumento fundamental no combate à pobreza” (Santos e Silva, 2004: 27).

Dessa forma, o favorecimento apenas de atores privilegiados como as elites locais através da implementação de um modelo de reassentamento pouco elaborado, que não respeita às peculiaridades de diferentes realidades sociais, nada mais é do que uma expressão de insegurança e também de uma violência cultural. Esta legítima e

favorece a permanência, bem como o estabelecimento de estruturas, para muitos, invisíveis, onde estão presentes múltiplas facetas de desigualdade no tratamento, nas condições e nas oportunidades. Em suma, a grande carga de violência cultural é perpetuada através de uma regulação total por parte da Vale dos processos de reassentamento que acabaram por controlar e determinar os destinos das vidas destas populações.

O desenvolvimento de uma infraestrutura institucional nas comunidades diretamente afetadas pela exploração, como escolas e centros de saúde, normalmente é visto como algo positivo que as empresas realizam para as comunidades impactadas negativamente, no entanto este também pode ser concebido como a construção de um aparato de apoio que vincula, e tem a intenção de enraizar, na sociedade civil às estruturas hegemônicas. De fato, à luz da concepção do que é hegemonia para Gramsci “enquanto o controle da produção estabelece a dominação para um grupo no poder, a sua consolidação e reprodução requer a sociedade civil (identificada primeiramente como as igrejas, escolas e a mídia) a se tornar fontes de uma hegemonia ideológica” (Booth, 2007: 46). Assim, estas infraestruturas, tidas como benevolentes, são responsáveis por disseminar determinadas ideias e culturas, afinal nada mais eficaz do que ter o controle disciplinar de instituições para estabelecer uma hegemonia incontestada. Estar presente em instituições que estão intrinsecamente ligadas aos aspectos mais fundamentais das vidas dos indivíduos, como a educação, a saúde e o lazer, é a forma mais eficaz de controle de possíveis formas de resistência à opressão que possam surgir.

Esta reflexão também pode ser feita a partir da concepção de poder foucaultiana que em uma sociedade disciplinar circula através das instituições. Segundo João Nunes, “ver o poder como produtivo de sujeitos permite um reconhecimento de suas múltiplas instâncias e locais: o poder se torna uma rede de relações entre vários nós – como escolas, hospitais, prisões e exércitos – que interagem na administração de ações e disposições” (Nunes, 2012: 355). Talvez a presença de um filho em uma das escola construídas e apoiadas por uma destas empresas em sua nova

comunidade faça com que a pessoa seja mais complacente e compreensiva com os 'pequenos percalços' cometidos por estas mesmas empresas.

Este é um caso que tem a contribuir para o desenvolvimento mais apurado da reflexão sobre o poder, pouco desenvolvida em ambas as correntes da teoria crítica aqui expostas, e reordená-lo de maneira emancipatória. Assim, este contexto pode ser analisado sobre o prisma da evolução da biopolítica para a ecolítica como formas de circulação de poder que coexistem no mundo contemporâneo e se traduzem no controle da vida em suas múltiplas dimensões. A ecolítica se apresenta como uma continuação da teoria da biopolítica desenvolvida por Michel Foucault (2006) em relação à maneira de circulação do poder na sociedade contemporânea. Este paradigma é valioso para uma compreensão mais apurada da racionalidade ecológica dos governos e das éticas de suas relações ao privilegiar um desenvolvimento econômico, gerado através da exploração de recursos naturais, que resulta na distribuição desigual de riquezas e na consequente acentuação da miséria de muitos. O foco agora, ao invés de ser no controle da vida e da população, passa a ser no governo da vida do planeta, na "necessidade de governar o tecido das relações que ligam tudo e qualquer coisa, que apoia todos os seres vivos e não-vivos do mesmo modo, e que faz das fronteiras internas/externas uma questão secundária" (Malette, 2011: 21).

Segundo Gilles Deleuze (2010), o mundo vivencia um momento de redefinição do capitalismo tal que por mais que todos os estados se pretendam democráticos eles nunca vão conseguir equacionar o problema central que é a miséria. É importante ressaltar que esta miséria não é só econômica, porém é também miséria no que diz respeito à produção, à ética, à cultura, à resistência. Deleuze diz que "não há estado democrático que não esteja totalmente comprometido com a fabricação da miséria humana" (2010: 217). Ou seja, não só os estados nunca vão conseguir equacionar o problema central que é a miséria como eles estão envolvidos diretamente com a sua criação, sua fabricação. A manutenção do baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Moçambique, que no último relatório divulgado ocupa a antepenúltima posição do mundo (PNUD, 2013), é um forte indício de que esta descrição se encaixe perfeitamente ao governo moçambicano que reprime

violentamente as manifestações populares pacíficas que contestam os reassentamentos mal-sucedidos e parece estar satisfeito com um crescimento do PIB que não se traduz em desenvolvimento social (Castel-Branco, 2008; Santos, 2012).

Os constrangimentos ressaltados acima não minimizam as potencialidades, sempre existentes, de realização de uma crítica imanente em direção a uma transformação emancipatória por maior justiça social desta realidade atual moçambicana. Trata-se de identificar contextualmente na situação em questão o potencial latente para a construção de progresso social e político (Booth, 2005a: 263). Assim, “o problema da terra, a luta por um sistema de justiça mais transparente, a produção intelectual e literária de alguns setores, são alguns dos exemplos no caminho para a busca de alternativas” (Santos e Silva, 2004: 28) e lutas válidas que devem ser valorizadas. Entre os atores que buscam uma maior justiça social em relação as atividades da maior corporação multinacional envolvida neste contexto em Moçambique, a *Vale S.A*, se encontra uma organização internacional da sociedade civil chamada *Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*, que se auto-intitula “uma rede de resistência que pretende expor os crimes e os abusos da *Vale*, questionar sua postura arrogante e pressionar os governos para que regulem sua atuação e a sancionem quando necessário” (*Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale* online). Dessa forma, enquanto a *Vale* publica anualmente um relatório de sustentabilidade das suas atividades, a *Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*, como parte do esforço de denunciar as práticas abusivas desta empresa, publica um relatório de insustentabilidade das atividade da *Vale*.

## **Conclusão**

*Nós que não mudamos de medo por termos medo de o mudar (Santos apud. Eduardo White, 2012).*

É importante ressaltar que este foi apenas um esboço de possível aplicação empírica e aproximação dos paradigmas galtoniano e da segurança como emancipação. A identificação de alternativas emancipatórias ‘de pessoas reais em lugares reais’ é sem dúvida a parte mais difícil de todo o processo, uma vez que

requer um amplo conhecimento do contexto e das práticas sociais que apresentem potenciais emancipatórios reais. Não obstante, a defesa da argumentação de que podemos e devemos conceber as ameaças à paz e à segurança para além daquilo que é normalmente imposto de maneira camuflada pelos paradigmas tradicionais é fundamental e certamente um passo importante no longo percurso a ser percorrido.

Talvez, no entanto, devêssemos ir além de uma ambição de mudança apenas reformista (Vide. Booth, 1991). É muito mais coerente com a proposta destas lentes teóricas uma mudança estrutural acompanhada por ajustes na conjuntura. A busca é por uma resistência efetiva, que não se exerça de maneira apenas pontual, mas ao contrário seja capaz de gerar efeitos permanentes. Afinal, “só haverá emancipação social na medida em que houver resistências a todas as formas de poder”, pois uma estratégia reformista que só enfoque uma forma de poder e negligencie as demais pode “contribuir para aprofundar, em vez de atenuar, o fardo global da opressão que os grupos sociais subalternos carregam no seu cotidiano” (Santos, 2004: 18). Isso não retira o dever e a importância de uma busca por utopias concretas que possibilitem que teoria e prática possam ser unificadas na práxis (Jones, 2005: 229). O que é necessário é reinventar a emancipação social e traçar horizontes possíveis através de projetos de investigação cometidos com a construção de um amplo conhecimento empírico da realidade a ser transformada. Dessa maneira, o percurso certamente apresentará potencialidades imanentes rumo a uma paz positiva verdadeiramente emancipatória.

#### **Referências Bibliográficas**

Billon, Philippe Le (2012), *Wars of Plunder – Conflicts, Profits and the Politics of Resources*. Londres: Hurst & Company.

Booth, Ken (1991), "Security and Emancipation", *Review of International Studies*, 17(4) 313-326.

Booth, Ken (1999), "Nuclearism, human rights and constructions of security (part 2)", *The International Journal of Human Rights*, 3:3 44-61.

Booth, Ken (2005a), "Beyond Critical Security Studies" in Ken Booth (org.) *Critical Security Studies and World Politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Booth, Ken (2005b), "Critical Explorations" in Ken Booth (org.) *Critical Security Studies and World Politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Booth, Ken (2007), *Theory of World Security*. Londres Cambridge University Press.

Brincatt, Shanon *et al.*, (org.) (2012), *Critical Theory in International Relations and Security Studies*. Basingstoke: Routledge

Castel-Branco, Carlos Nuno (2008), "Os Mega Projetos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?", *Forúm da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva* Consultado a 10.06.2013, em [http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega\\_Projectos\\_ForumTIE.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumTIE.pdf).

Costa, Armando Dalla (2009), "La Vale dans Le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes", *Entreprises et Histoire*, 54 86-106.

Deleuze, Gilles (2010), *Conversações*. São Paulo: Editora 34.

Financial Times (2013), "Financial Times Global 500 - 2013". Página consultada a 22.12.2013, em <http://www.ft.com/intl/indepth/ft500>.

Folha de São Paulo (2006), "Vale compra Inco e vira segunda maior mineradora do mundo", *Folha Online*, 24.10.2006. Consultado a 24.12.2013, em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u111871.shtml>.

Foucault, Michel (2006), *É Preciso Defender a Sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil.

Galtung, Johan (1964), "An Editorial", *Journal of Peace Research*, 1 (1), 1-4.

Galtung, Johan (1969), "Violence, Peace, and Peace Research", *Journal of Peace Research*, 6 (3), 167-191.

Galtung, Johan (1971), "A Structural Theory of Imperialism", *Journal of Peace Research*, 8 (2), 81-117.

Galtung, Johan (1985), "Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses", *Journal of Peace Research*, 22 (2), 141-158.

Galtung, Johan (1990), "Cultural Violence", *Journal of Peace Research*, 27 (3), 291-305.

Galtung, Johan (2007), "Introduction: peace by peaceful conflict transformation - the TRANSCEND approach" in Charles Webel and Johan Galtung (org.) *Handbook of Peace and Conflict Studies* Abingdon: Routledge

Goldstein, Andrea (2007), *Multinational Companies from Emerging Economies - Composition, Conceptualization and Direction in the Global Economy*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Human Rights Watch (2013), "What is a House Without Food? - Mozambique's Coal Mining Boom and Resettlements", Consultado a 10.06.2013, em <http://www.hrw.org/news/2013/05/23/mozambique-mining-resettlements-disrupt-food-water>

Instituto Humanitas Unisino (2012), "Vale: novos conflitos em Moçambique. Entrevista especial com Jeremias Filipe Vunjanhe", *Instituto Humanitas Unisino*, Consultado a 22.01.2014, em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/506152-vale-novos-conflitos-em-mocambique-entrevista-especial-com-jeremias-filipe-vunjanhe->.

Jones, Richard Wyn (2005), "On Emancipation: Necessity, Capacity and Concrete Utopias" in Ken Booth (org.) *Critical Security Studies and World Politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Kobemba, Claude; Nhancale, Camilo (2012), "Coal versus Communities: Exposing poor practises by Vale and Rio Tinto in Mozambique", Consultado a 10.06.2013, em [http://www.osisa.org/sites/default/files/coal\\_vrs\\_communities\\_in\\_mozambique\\_2.pdf](http://www.osisa.org/sites/default/files/coal_vrs_communities_in_mozambique_2.pdf)

Lawler, Peter (1995), *A Question of Values - Johan Galtung's Peace Research*. Boulder: Lynne Rienner

Malette, Sébastien (2011), "Foucault para o próximo século: ecogovernamentabilidade", *Ecopolítica*, 1 4-25.

Mosca, João; Selemene, Tomás (2011), "El Dorado Tete: Os Mega Projetos de Mineração", Consultado a 10.06.2013, em [http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106\\_EL\\_DORADO\\_TETE\\_Mosca e Selemene\\_CIP\\_2011.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106_EL_DORADO_TETE_Mosca_e_Selemene_CIP_2011.pdf).

Nissani, Moti (1997), "Ten Chers for Interdisciplinarity: The Case for Interdisciplinary Knowledge and Research", *The Social Science Journal*, 34 (2), 201-216.

Nunes, João (2012), "Reclaiming the political: Emancipation and critique in security studies", *Security Dialogue*, 43 (2), 345-361.

Nunes, João; Basu, Saumita (2012), "Security as emancipation" in Laura J. Sepherd (org.) *Critical Approaches to Security: An Introduction to Theories and Methods*. Abindgon: Routledge

Pillonel, Benedict; Sutorius, Naomi (2005), "Brazil mining, an industry on the rise: moving from a domestic focus to global influence", *Engineering and Mining Journal*, 206 (1), 26-34.

PNUD (2013), "Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado", Consultado a 22.01.2014, em [http://www.un.cv/files/HDR2013 Report Portuguese.pdf](http://www.un.cv/files/HDR2013_Report_Portuguese.pdf).

Pugh, Michael (2005), "The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective", *International Journal of Peace Studies*, 10 (2), 23-42.

Pureza, José Manuel (2000), "Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz ", *Nação e Defesa*, 95/96 (Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz), 33-41.

Pureza, José Manuel; Moura, Tatiana (2005), "Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum", *Revista Portuguesa de História*, 37 45-63.

Revelli, Philippe (2010), "Vale, a multinacional dos conflitos", *Le Monde Diplomatique Brasil* 01.10.2010. Consultado a 24.12.2013, em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=789>.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), "Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial e para além de um e outro", *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Consultado a 10.06.2013, em [http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf).

Santos, Boaventura de Sousa (2012 ), "Moçambique: a maldição da abundância?", *Carta Maior* 23.07.2012. Consultado a 10.06.2013, em <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Mocambique-a-maldicao-da-abundancia-/26864>.

Santos, Boaventura de Sousa; Silva, Teresa Cruz (org.) (2004), *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social*. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

Smith, Steve (2005), "The Contested Concept of Security" in Ken Booth (org.) *Critical Security Studies and World Politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Xingu Vivo (2012), "Comunidades reassentadas paralisam actividades da Vale Moçambique", 11.01.2012. Consultado a 22.01.2014, em <http://xinguvivo.org.br/votevale/?p=100>.